

Cultura Equitativa em Ambientes Culturais

Augusto Deodato Guerreiro¹

Equitable Culture in Cultural Environments

Introdução

Pensamos que a citação seguinte (Guerreiro, 2020, pp. 82-83) será, à laia de Introdução, uma frutífera abertura para este Capítulo:

"As condições ambientais, por exemplo nas cidades educadoras, inteligentes e para todos, se as pretendermos adequar às necessidades efetivas e numa dimensão de equidade social e humana, temos de o fazer de uma forma plural e com a força da união preventiva e interventiva da educação e pedagogia, da comunicação e cultura, tendo em conta a relevância da cultura e o facto do seu conceito (parafreando Cícero) ser a premente preocupação que o homem deve ter para se transformar cada vez mais em melhor.

Atualmente, entende-se a cultura numa dupla aceção, sendo a subjetiva-ativa (que conduz o homem à sua formação como pessoa humana, nessa formação implicando a educação das suas faculdades biofísicas, éticas e cívicas, intelectuais e morais) e a objetiva-passiva (que remete para a hereditariedade e para a realização das capacidades e competências humanas, atividade essa condicionada por determinadas tipologias de sociedade), assim se podendo caracterizar a cultura pelo aspeto pessoal e fomentador da civilização, sendo a civilização a materialização da cultura.

A cultura emerge na circunstancialidade berçária e de afetos em que abrimos os olhos e começamos a organizar o caos à nossa volta, a reconhecer espaços, coisas e pessoas, a identificar-nos em consciência com o meio em que nos vamos formando.

A cultura herda-se ou adquire-se.

¹ Doutor em Ciências da Comunicação, Especialidade Comunicação e Cultura (UNL), e Agregado em Ciências da Comunicação, Especialidade Comunicação e Cultura Inclusivas (UTAD). Professor Catedrático e Investigador na ECATI da Universidade Lusófona/Lisboa; <https://orcid.org/0000-0002-5494-1004>, deodato.guerreiro@ulusofona.pt

Submetido 13/11/22, aprovado 04/09/24

A cultura assume as mais diversas formas de manifestação e de intervenção, segundo o contexto do mundo da vida em que crescermos ou a que nos associarmos.

A cultura está ou integra-se na necessidade inata do ser humano (no relacionar-se e no interagir), nessa medida assimilando-se por socialização, inclusive em convívios interculturais, cultivando-se, guardando-se ou tendo-se cá dentro em partilha.

Adquire-se e treina-se a capacidade e a competência para exercer a cultura em cidadania e solidariedade, com bom humor e dignidade no desenvolvimento humano e na humanização da vida em equidade para todos, nos lugares para todos, nas cidades para todos, no mundo para todos."

A cultura equitativa é um sublime processo humano empresarial, organizacional e institucional, de índole cívica, intelecto espiritual e sensibilidade científica, que se assume num postulado de dignidade humana em nobreza de carácter nesse fecundo empreendedorismo a envolver e a servir todos os cidadãos em igualdade de direitos e oportunidades e em qualidade de vida.

Fundamentação

Na nossa humilde posição e capacidade para fazermos acontecer humanismo em cidadania, sempre temos vindo a persistir, de coração, intelecção e razão, com o nosso indómito querer e inata sensibilidade, e as possíveis ferramentas sociocognitivas e socioeducacionais ao nosso alcance, no propugnar pelo rigor humano na digna integridade e ética intercompreensivas, quase tão só escrevendo (e evidenciando por vezes também alguma expressividade interlocutiva), no sentido de podermos ir colaborando na melhoria do mundo para todos, suscitando e procurando mobilizar nessa medida vontades e disponibilidades determinantes na prossecução desse inimaginavelmente longo itinerário, de modo a, ao mesmo tempo, irmos dirimindo o antropocentrismo despótico, que tem sido calamitoso e impeditivo da consensualidade no desenvolvimento humano e social e no progresso em geral.

Para que a cultura equitativa possa conscientizar-se por cada um de nós e ir-se consolidando, o alargamento da comunicação e da aculturação a todos os níveis tem de ser um caminho a desbravar e a acessibilizar igualmente a todos, sem rótulos marginalizantes nem reservas de nenhuma natureza.

Neste final do primeiro quartel do século XXI (não obstante ainda algumas hostilidades e imprevisibilidades que pairam na sociedade), muito já está conseguido a nível mundial, no plano da acessibilidade e usabilidade em espaços e ambientes culturais, para pessoas com desvantagens de ordem sensorial, cognitiva, neuromotora e outras, em que também os cidadãos cegos e com baixa visão se encontram, conquanto já imensamente facilitados, sobretudo com o recurso às vantagens essencialmente de natureza autonómica, locomocional e tiflotecnológica, e às diferentes literacias, cuja génese e desenvolvimento se deve sobretudo à genial invenção do Sistema Braille e decorrentes processos tiflograficotecnológicos, cada vez mais sofisticados e precisos. Portugal já se encontra razoavelmente apetrechado nos domínios da acessibilidade e usabilidade cultural, em analogia com França, Estados Unidos, Brasil, Inglaterra e Espanha, entre outros países. Inclusive, temos vindo a realizar trabalho adequado à nossa realidade e a ser reconhecidos, no âmbito da designada inclusão sócio-intelectual e pedagógico/didática, numa

perspetiva socioeducacional equitativa, em especial das pessoas cegas, como singulares e com algumas repercussões além-fronteiras, com projetos absolutamente inéditos, uns que têm sobrevivido e crescido, outros com duração efémera, devido a circunstancialismos de variada e estranha natureza, questões que nos levariam a entrar num livro de fôlego largo e aprofundado, o qual estamos a ultimar.

No significativo horizonte destes projetos, apenas como algumas manifestações também destinadas a fomentar e a generalizar a cultura equitativa, já bastante tem vindo a realizar-se no nosso país, desde meados do século XVIII, sendo uns exemplos essencialmente de natureza assistencial e, outros, que têm continuado a crescer cada vez mais envoltos de cultura e esclarecimento.

Assim, desde a atualidade até então, enunciamos alguns acontecimentos, de forma sucinta:

- Na Fundação Nossa Senhora da Esperança (FNSE), em Castelo de Vide, fez-se em junho de 2021, principalmente através do 1º Congresso Internacional «Ciência e Tiflogia: A Cegueira em Contexto Científico», a apresentação pública em Portugal e além-fronteiras via online, do Centro Português de Tiflogia (CPTEI, que é um centro de investigação em tiflogia), do Centro de Experiência Viva - Museu de Tiflogia (CEV/MT), do Jardim Sensorial Manuel da Costa Leite e da exposição itinerante Os Aromas que nos Guiam, iniciativas tiflocientíficas e culturais singulares em Portugal, que estão a crescer e a granjear progressivo interesse no nosso País e no estrangeiro; trata-se de iniciativas absolutamente singulares em Portugal, em que a inteligência artificial também está a ser desenvolvida e aplicada no relacionamento comunicacional entre pessoas e oliveiras e outros objetos de arte no local, começando já os prémios internacionais de distinção a surgir para o CEV/MT.

- A Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT), no âmbito da Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação (ECATI), fundou o primeiro mestrado em Comunicação Alternativa e Tecnologias de Apoio na Europa e com aplicação no terreno, em 2005, que funcionou com enorme êxito de 2006 a 2019 e sendo descontinuado por ausência do número suficiente de candidatos; mas a ULHT tem vindo, ao mesmo tempo, a realizar investigação e eventos pedagógico científicos, seminários nacionais e internacionais, a ampliar a área da teoria da equidade, privilegiando a pedagogia educacional, científica e cultural, também na forma de corolários científicos de Pós-Doutoramentos em Ciências da Comunicação, divulgados em artigos, capítulos de livros e livros, cuja génese pedagógico socioeducacional e cultural equitativas remontam a 2003, na ULHT.

- Lisboa chegou a sorrir rejubilante e a comprazer-se feliz por haver alargado a acessibilidade do seu inexaurível universo histórico-cultural a umas largas dezenas de milhar de cidadãos ávidos de informação, de cultura e esclarecimento, por iniciativa e sob a égide da Câmara Municipal de Lisboa (CML), desde 1963 (nessa altura fundando a primeira Biblioteca pública para Cegos em Portugal), fundando em 1981 a Biblioteca Municipal Camões (a primeira biblioteca inclusiva em Portugal, mas que já há muito perdeu essas valências e saiu dessa perspetiva), fundando a seguir o Gabinete de Referência Cultural - Pólo Interactivo de Recursos Especiais (GRC), que chegou a fazer distribuição de leitura domiciliária aos cidadãos cegos e com dificuldades de mobilidade, na zona da Grande Lisboa e a nível nacional por correio postal e eletrónico, mas que está moribundo, e criando a «Dinamização Cultural: Revista Áudio/Digital da CML» (que se publicou de 1990 a 2000, da qual existem 112 números, consultáveis no referido GRC).

A este propósito, achamos ainda ser oportuno referir que os consulentes dos equipamentos municipais supra eram, fundamentalmente, as pessoas deficientes visuais, as que, por qualquer impedimento funcional temporário, não podiam utilizar os sentidos da visão ou do tato para ler, e as que não liam, entre as quais figuravam os analfabetos, incluindo os funcionais (nestes casos através de material bibliofónico, livros e outra documentação gravados em fita magnética e de outros processos áudio que vieram a ser criados), para além dos cidadãos com dificuldades ao nível da mobilidade, também a população sénior. No caso do GRC, sendo um gabinete também

vocacionado para a investigação de tais problemáticas, estava aberto à generalidade das pessoas que desejassem estudar e/ou aprofundar domínios do âmbito da deficiência em geral e, mesmo, da gerontologia, em especial na antropociência (Guerreiro, A.D., 2011, e Guerreiro, M.L.R.F., 2020).

Também cabe aqui referir, para além do trabalho que tem vindo a ser efetuado e registado pelas dezasseis instituições de e para deficientes visuais, mais alguns marcos cronológicos na área da deficiência em Portugal, que podem entender-se como essência de cultura equitativa (Guerreiro, 2018, pp. 394-402), conforme as datas a seguir indicadas:

Em 1749 - Criação da Irmandade do Menino Jesus dos Homens Cegos, em Portugal. Em 1823 - Criação, em Lisboa, da primeira escola para pessoas com deficiência, o malogrado Instituto Real dos Meninos Cegos e Surdos-Mudos, fundado por D. João VI, constando que, para o efeito, foram mandados vir da Suécia professores para desenvolverem o ensino de desenho e artes mecânicas, essencialmente aos surdos; este Instituto foi, em 1834, incorporado na Casa Pia de Lisboa, mas sendo extinto em 1860. Em 1848 - Fundação do Asilo dos Cegos em Lisboa, ficando instalado no Convento dos Cardaes, iniciativa que ficou a dever-se à Viscondessa de Valmor. Em 1863 - Criação do Asilo de Cegos em Castelo de Vide, por iniciativa do instituidor João Diogo Juzarte de Sequeira e Sameiro, hoje FNSE. Em 1884 - O poeta João de Deus teria mandado vir ou, mesmo, trazido de França os primeiros livros em braille para Portugal, integrando um elenco de personalidades, como Branco Rodrigues, Madame Sigaud Souto e a Duquesa de Palmela, dando prova de um elevado altruísmo na fundação da Associação Promotora do Ensino dos Cegos e do Asilo-Escola António Feliciano de Castilho. Em 1887 - Nasce a Associação Promotora do Ensino dos Cegos, a qual veio a fundar, em 1888, o Asilo-Escola António Feliciano de Castilho. Em 1894 - Oficialização do ensino dos cegos em Portugal, aprovado por Decreto publicado no «Diário do Governo», nº 292, do dia 22 de dezembro do mesmo ano, por influência de José Cândido Branco Rodrigues. Em 1895 - Criação do «Jornal dos Cegos» por Branco Rodrigues. Em 1898 - José Cândido Branco Rodrigues realizou as primeiras impressões em braille no nosso país, fazendo imprimir na Imprensa Nacional, em caracteres móveis ideados por si, um número especial do seu «Jornal dos Cegos» para comemorar o 4º Centenário do Descobrimento do Caminho Marítimo para a Índia, sendo a primeira espécie impressa em braille em Portugal, em cinco línguas: português, francês, italiano, inglês e alemão. Em 1899 - José Cândido Branco Rodrigues elaborou um «Método Estenográfico Braille para a Língua Portuguesa». Em 1900 - Criação do Instituto de Cegos Branco Rodrigues. Em 1903 - Criação do Instituto de Cegos Branco Rodrigues do Porto, pelo próprio Branco Rodrigues, hoje denominado Instituto de S. Manuel da Santa Casa da Misericórdia do Porto. Em 1913 - Início do Funcionamento do Instituto de Cegos Branco Rodrigues em edifício próprio e construído de raiz, por doação, em São João do Estoril. Em 1927 - Fundação da Associação de Beneficência Luís Braille, denominação mais tarde alterada para Associação de Cegos Luís Braille. Em 1930 - Oficialização do Sistema Braille em Portugal, pelo Decreto nº 18373, do então Ministério de Instrução Pública, de 14 de abril, e publicado no «Diário do Governo» em 22 de maio do mesmo ano. Em 1933 - Criação da «Revista dos Cegos», impressa em braille (com uma impressora oferecida pela American Braille Press), revista propriedade da Associação Promotora do Ensino dos Cegos - Asilo-Escola António Feliciano de Castilho, hoje Associação Promotora do Ensino dos Cegos - Instituto António Feliciano de Castilho. Em 1951 - Fundação da Liga de Cegos João de Deus. Em 1956 - Criação do Centro de Produção do Livro para o Cego, hoje Centro Prof. Albuquerque e Castro - Edições Braille, da Santa Casa da Misericórdia do Porto. Em 1956 - Nascimento de «Poliedro: Revista de Cultura e Tiflogia», do Centro Prof. Albuquerque e Castro - Edições Braille da Santa Casa da Misericórdia do Porto. Em 1958 - Fundação da Associação dos Cegos do Norte de Portugal. Em 1958 - Criação do Curso Liceal no Instituto de Cegos Branco Rodrigues. Em 1959 - Inauguração da Fundação Raquel e Martin Sain. Em 1962 - Criação do Centro de Reabilitação de Nossa Senhora dos Anjos, atualmente na dependência da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Em 1963 - Nascimento da primeira Biblioteca Pública para Cegos em Portugal, sob a égide da CML. Em 1968 - Criação de «Rosa-dos-Ventos: Revista Infante-Juvenil»,

do Centro Prof. Albuquerque e Castro - Edições Braille da Santa Casa da Misericórdia do Porto. Em 1969 - Criação do Serviço para Cegos da Biblioteca Nacional, hoje Área de Leitura para Deficientes Visuais da Biblioteca Nacional de Portugal. Em 1970 - Nascimento do Lar Branco Rodrigues, na Parede, devido à transferência das instalações do Instituto de Cegos Branco Rodrigues, do seu edifício (que lhe fora doado e entretanto transformado em condomínio de luxo privado) em São João do Estoril, para novas instalações na Parede, aí tomando a designação de Lar Branco Rodrigues. Em 1971 - Nascimento da Biblioteca Sonora da Biblioteca Pública Municipal do Porto. Em 1974 - A Associação de Cegos do Norte de Portugal foi a primeira das Associações de Cegos em Portugal a ter uma Direção presidida por um associado cego, António José Mourão, mas não eleito para esse cargo, tendo-o apenas assumido, pouco tempo, devido à demissão do Presidente normovisual eleito. Em 1974 - Fundação da Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA). Em 1974 - Nascimento de «Ponto e Som» (em braille estenografado), boletim trimestral bibliográfico e bibliofónico e de informação tifológica em geral, da atual Área de Leitura para Deficientes Visuais da Biblioteca Nacional de Portugal, encontrando-se, presentemente, também disponível em braille integral e nos suportes papel, áudio e digital, mas sem ser publicada há cerca de dois anos. Em 1976 - Pela primeira vez na história das associações de cegos em Portugal, foi eleita uma Direção presidida por uma pessoa cega, Isidro da Eira Rodrigues, no caso, da então Liga de Cegos João de Deus. Em 1977 - Filiação da Liga de Cegos João de Deus na Federação Internacional de Cegos. Em 1980 - Fundação da Associação Promotora de Emprego de Deficientes Visuais (APEDV). Em 1980? - Finais da década de 70 princípios da década de 80, filiação da Associação de Cegos Luís Braille no Conselho Mundial para a Promoção Social dos Cegos. Em 1981 - Fundação da primeira Biblioteca Pública Inclusiva em Portugal, a Biblioteca Municipal Camões, da CML. Em 1989 - Fundação da Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO), nela integrando a Associação de Cegos Luís Braille, a Liga de Cegos João de Deus e a Associação de Cegos do Norte de Portugal. Em 1990 - Nascimento de «Dinamização Cultural: Revista Áudio/Digital da CML», que veio a extinguir-se em 2000, deixando publicados 112 números na posse do GRC, do mesmo Município. Em 1994 - Fundação do GRC, da CML. Em 2000 - Fundação da Escola de Cães-Guia e da instituição-suporte, Associação Beira Aguieira de Apoio ao Deficiente Visual (ABAADV). Em 2005 - Criação do Mestrado em Comunicação Alternativa e Tecnologias de Apoio, na ECATI da ULHT. Em 2007 - Criação do Forum Interactivo Inclusivo o 'Mundo da Vida', evento científico online do GRC da CML, em parceria com o Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa, Colégio António Aurélio da Costa Ferreira da Casa Pia de Lisboa e ECATI da ULHT. Em 2013 - Publicação, pelo Ministério da Educação e Ciência de Portugal, da implementação do sistema DAISY, no plano nacional de acompanhamento às escolas. Em 2015 - Pela primeira vez em Portugal, criação da Secretaria de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência, do XXI Governo Constitucional, sendo a respetiva Secretária de Estado Ana Sofia Antunes, pessoa cega, também sendo a primeira vez que a eleição de uma pessoa cega para o executivo governamental acontece em Portugal. Em 2017 - No seguimento de preocupações, pessoais e institucionais, e da realização de trabalhos em relação à progressiva abrangência de aplicação do Sistema Braille, foi aprovado pela Assembleia da República, no dia 10 de agosto do mesmo ano, o Decreto-Lei que institui o Sistema Braille vigente em Portugal, adaptado à evolução da braillografia e à signografia em geral, desde 1930. Em 2017 - Publicação do Decreto-Lei nº 126/2017, de 4 de outubro, que institui o Sistema Braille vigente em Portugal, em que se definem "as condições adequadas ao enquadramento, estruturação, normalização e orientação do emprego do Braille".

Sobre o enfoque do tema que nos foi proposto, o qual com muito gosto e honra aceitámos escrever, poderíamos fazer, nesta aceção, uma síntese do que temos vindo a investigar e a publicar, o que ultrapassaria em larga medida a dimensão deste Capítulo, por isso remetemos os interessados nesta matéria para os Sites www.tiflogia.pt e facebook.com/Sociomuseologia/videos/1252212395282208 (Contributos da cultura equitativa em ciência e humanização da vida para a cidadania e prazer solidário de existir), também para o nosso livro *Literacia Braille e Inclusão* (2011), além da significativa e alusiva bibliografia

publicada, porque bem sabemos que comunicar e aceder à informação e à cultura é estarmos permanentemente atualizados e evolutivos, visto que é no universo complexo, multifacetado e pluridimensional da comunicação que tudo se gera e se desenvolve, de forma solidária e equitativa, desde que animados e instruídos na cultura da equidade. Pensamos que as pessoas limitadas por qualquer tipo de desvantagem não podem ser discriminadas em direitos e oportunidades em relação aos que não têm essas limitações, como os cidadãos cegos e com baixa visão, no que concerne à propensão para este ou para aquele domínio do conhecimento. Todos temos necessidades e preferências culturais mais ou menos definidas, todos necessitamos de informação e de cultura para legitimarmos o nosso sentido de vida na nossa comunidade de pertença.

Viajando um pouco pelo conceito de cultura, a sua definição deve-se a Edward Burnett Tylor (1832-1917), cuja conceção vem a ser resumida por Raymond Firth (1901-2002), já estando também nesta linha Herskovits (1895-1963).

Neste sentido, a história regista que o conceito de cultura foi definido, pela primeira vez, pelo antropólogo britânico Edward Burnett Tylor, que também definiu animismo (a fé na alma individual ou âni­ma de todas as coisas e manifestações naturais), como a primeira etapa de desenvolvimento de todas as religiões), definiu cultura, em 1871, no seu livro *Primitive Culture* (conceito consultado numa edição do mesmo publicada em 2012), como sendo “um conjunto complexo, interdependente e interagente de conhecimentos, crenças, leis, tradições, artes, costumes e hábitos de um determinado conjunto de seres humanos constituídos em sociedade.”.

Já no século XX, o etnólogo neozelandês Raymond Firth veio a resumir o conceito de cultura como um modo de vida, mas também o resultado das relações sociais entre as pessoas numa determinada sociedade, e o seu significado, juntamente com um certo montante de recursos acumulados de ordem material e imaterial.

Neste contexto, no artigo *A Revolução Cultural Feminina*, de Han Suyin, pseudónimo da autora e cidadã chinesa Rosalie Matilda Kuangho Show (1917-2012), citada por Guerreiro (2000, p. 51), a cultura é definida como:

"Um conjunto de valores materiais e espirituais, de realizações e crenças, de conhecimentos e capacidades suficientemente estável para que possa originar uma identidade distinta", afirmando ainda a autora que "este complexo de práticas mentais e sociais de um grupo ou grupos humanos é transmitido de geração para geração como seu próprio património cultural."

Esta definição também se encontra esbatida no **Dicionário do Desenvolvimento**², adaptada da Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural, da UNESCO, como transcrevemos:

"A cultura é o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social. Abrange, além das artes e das letras, os modos de vida e de convivência, os sistemas de valores, as tradições e as crenças. A cultura encontra-se no centro dos debates contemporâneos sobre a

² Disponível em: https://ddesenvolvimento.com/wp-content/uploads/2019/01/Dicionário_do_Developimento.pdf, p. 25 – Consultado em 24.10.2022

identidade, a coesão social e o desenvolvimento de uma economia fundada no saber."

É que, conforme atesta Herskovits (1952) e parafraseado por Guerreiro (1999, p. 123, e 2000, p. 51), o Homem vive em muitas dimensões; move-se no espaço, onde o meio natural exerce influência constante sobre ele; existe no tempo, que lhe dá um passado histórico e o sentimento de futuro; realiza as suas atividades numa sociedade de que faz parte e identifica-se com os outros membros do seu grupo para cooperar com eles no seu sustento e na sua continuidade.

A nosso ver (Guerreiro, 2020, p. 22), "não há presente nem futuro construtivos para quem não cultiva o interesse e a compreensão do passado."

De resto, e aprofundando mais esta constatação e convicção (Guerreiro, 2020, p. 94):

"Concebemos o futuro, de algum modo tradicionalmente, cada segundo ou minuto imediatamente a seguir é futuro... Mas o futuro não nos pertence, enquanto infinito. Só o finito, em certas dimensões, poderá estar, eventualmente, ao nosso alcance. Parafraseando Frederic Ozanam (1813-1853 e canonizado em 1997), é no presente, onde se situam as nossas obrigações, e no passado, onde repousam as nossas preocupações, que reside o futuro, onde se dirigem as nossas esperanças. Na nossa perspectiva intergeracional, o futuro é o resultado dos nossos empenho e desempenho, desde que prolongado através dos tempos, embora aferido, na concepção de Victor Hugo (1802-1885), com diversos atributos, como 'inalcançável' para os 'fracos', 'desconhecido' para os 'temerosos' e 'oportunidade' para os 'valentes'."

E quantas vezes sonhamos o passado, mesmo o mais longínquo, embrulhando-nos nessa amálgama de um instante, como se fora um revolto e nostálgico presente a futurizar expectativas que já não são?!

Porém, François Jacob (1920-2013) alerta-nos para o facto de que "uma época ou uma cultura caracteriza-se menos pela vastidão dos conhecimentos que adquire do que pela natureza das questões por ela postas." (Guerreiro, 2000, p. 51). Ou seja: uma época ou uma cultura caracteriza-se mais pela natureza das questões que coloca do que pela extensão do seu conhecimento.

Não obstante este zigzaguear histórico antropológico e cultural, parece não haver dúvidas de que podemos apontar a cultura como perspectiva de futuro e como fator essencial de diferenciação e identificação do homem (com ou sem determinadas capacidades sensoriais e de outras naturezas) na sociedade e no mundo. Todo o ser humano se realiza numa dimensão histórico cultural, arcando com o peso de uma tradição social, com regras de conduta que lhe impõem logo após o nascimento. Mas pode repensá-las e modificá-las, sendo desta forma que a resposta natural, direta e pulsional vai sendo substituída por outra menos natural, de acordo com normas ditadas pelo contexto social em que se desenvolve a pessoa humana.

De facto, é uma redundância referir que o ser humano vive em sociedade, sendo no meio social que luta pela sua existência, mas já não será redundante afirmar que essa prerrogativa

natural implica um sistema complexo de relações com os seus semelhantes, regulados por normas e regras de conduta social a que cada um tem de se submeter.

As interações humanas, as suas condições e conseqüências, são geradoras de conduta humana, da formação da personalidade individual, pelo que se assume numa forma embrionária de aprendizagem e num ajuste pessoal, ou comportamento da pessoa e das pessoas, ao longo da sua existência na sociedade, desejavelmente melhorada e prolongada através das sucessivas gerações.

A história da vida, numa aceção empírica ou crítica, contemplando-a e interpretando-a num pensamento e espírito críticos, é fundamental para esta formação cultural, tomando em linha de conta a família, o círculo de amigos, os próprios media de massa, mas essencialmente o professor, a escola, onde se despence grande parte do tempo vivido na idade de formação intelectual e cívica, humana, onde confluem os processos de socialização e onde os espaços de convívio social requerem uma identidade cultural própria da comunidade envolvente e de vivência do próprio país.

Ainda numa dimensão antropológica e tornando a parafrasear Herskovits (1952), o conceito de cultura surge como fundamento de toda a intervenção educativa, entendendo-se como o processo de transformação operado pela sociedade na conduta de cada ser humano, para dotá-lo de maiores possibilidades no respeitante à consecução de um nível maior de adaptação e aproveitamento do meio. E nós reforçamos esta sustentação, precisando que essa 'adaptação' e esse 'aproveitamento do meio' deverão acontecer de forma educacional e cultural, num espírito solidário a abranger a conciliação da escuridão com as limitações dos privados dessa capacitação, numa mútua aceitação uns dos outros e num processo natural de relacionamento e interação interpessoal e social em equidade intercultural.

Mas todo este apaixonante e construtivo percurso equitativo nos vincula também a uma esmerada e intimamente associada fundamentação científica e cultural. Não há ciência sem uma enfocada e fascinante curiosidade e uma sensibilidade realista e impulsiva, sem uma rigorosa e meticulosa pesquisa, sem uma criteriosa e aprofundada investigação, testada e confirmada, num contínuo e infundável processo à procura da sucessiva compreensão inteligente, integrada neste mundo global em que vivemos. Neste sentido, só o simultâneo recurso ao método científico nos traz a possibilidade, a capacidade e a competência para irmos desvendando os enigmas do desconhecido ou do inacessível à compreensão humana e que nos incentiva ao premente labor no perspectivado avanço cognitivo, devidamente alicerçado na firmeza do raciocínio científico e nas conquistas conseguidas e verificáveis. Isto porque o cientista (neste caso o cientista social) anseia chegar à verdade objetiva e comprovada (ainda que, por vezes, inatingível e inexplicável...), tanto quanto possível sem recorrer a hipóteses de natureza sobrenatural (embora possam sopesar-se provas argumentativas evidenciadas nos mistérios da ciência teológica), e o objeto da ciência é de índole factual e empírica, porque a ciência lida com a realidade tangível e observável e incide sobre factos, analisa, hipotiza, comprova e valida soluções para encontrar as respostas que o cientista pretende obter. É que, ao mesmo tempo, a metodologia científica assenta essencialmente na confirmação por verificação experimental ou comparativa, provando. Para nós, também é inquestionável que a indissociabilidade da expressão polinomial Fé-Intervenção-Equidade-Humanização- Cidadania na vida de todos os povos e países do mundo, aproximando-os em mútua aceitação e consensualidade entre si, é uma ingrediência na ciência que pode ajudar a refinar propósitos e a credibilizar resultados.

Todavia, como bem sabemos que a hegemonia da normalidade paira por aí a sobrepor-se à diferença e às diferenças, ignorando-as ou rotulando-as de modo marginalizante, ou inferiorizando quem as possui, por imposição de limitações pessoais de variadas etiologias, sobretudo por ausência da mais sublime e imperativa competência humana conciliadora no estabelecimento igualitário de qualidade de vida social em direitos e oportunidades, que é o Amor, escrevemos e sustentámos (Guerreiro, 2022, Reflexão 41) em 19 de junho que:

"O Amor é o dom e o elixir mais dinâmico,
mais precioso e fecundo da vida, que nos

ilumina em todos os processos, momentos e procedimentos, na luz e no escuro de todas as circunstâncias, no qual «nunca se precisa apressar o prazer» (Ovídio, 43 a.C.-17 d.C.). «Duas pessoas que se amam não supõem alegria nem felicidade senão no seu amor», segundo Francisco Xavier de Oliveira (mais conhecido por Cavaleiro de Oliveira, 1702-1783), sim, mas não podem isolar-se da coevolução epistémica da vida em sociedade, porque, em nosso entender, o amor não significa poder gratuito sobre nada nem sobre ninguém, açambarcamento ou institucionalização egoística de alguém como propriedade sua, ou como reciprocidade proprietária fora do «mundo da vida» (expressão fenomenológica esta de Husserl, 1859-1938), antes significa prazer no servir e na competência e disponibilidade incondicional no dar à sua volta, tendo presente que «o Amor é uma luz que não deixa escurecer a vida» (Camilo, 1825-1890), sendo possível ser-se feliz só com amor e em amor, porque «a felicidade é amor» e «quem sabe amar é feliz» (Hermann Hesse, 1877-1962), residindo o segredo da felicidade na liberdade e o segredo da liberdade na coragem (parafraseando Tucídides, 460-404 a.C.).

Tanto palanfrório para falar do sentimento mais nobre e competência mais fecunda, tão indiscutíveis e inevitáveis no relacionamento feliz e frutíferos em dignidade na humanização da vida!

«As palavras em si possuem pouco ou nenhum valor, pois realmente valiosa é a causa pela qual as utilizamos» (Santo Agostinho, 354-430), tendo bem em conta o alcance holista da verdade agostiniana, pensamos que inspirada em Mateus:

«Com o coração se pede; com o coração se procura; com o coração se bate; e é só ao coração que a porta se abre.».

Se pudéssemos gritar esta inequívocidade, colhendo os desejáveis efeitos nessa forma de partilha, constataríamos em multiplicada exponencialidade que «a dicção é metade do pensamento, tudo o resto é vocabulário» (François Billetdoux, 1927-1991).

É que os ouvidos ouvem e registam o que os olhos não veem, da mesma maneira que se

lê nos silêncios ou na ultraverbalidade o que as palavras e a semântica não transmitem.

O que é certo é que, amar é colocarmos a nossa felicidade na felicidade dos outros, em sintonia com LEIBNIZ (1646-1716) e Pierre Chardin (1881-1955), pois, como já afirmara Confúcio (551-479 a.C.), «a melhor maneira de ser feliz é contribuir para a felicidade dos outros», nesta perspetiva só tendo alegrias e felicidade se as repartirmos, secundando Lord Byron (1788-1824).

Por isso é que «o segredo da felicidade é encontrar a nossa alegria na alegria dos outros» (Alexandre Herculano, 1810-1877), também refletindo com sabedoria, porque «a sabedoria começa na reflexão» (Sócrates, 470/469-399 a.C.) e, ainda nesta aceção socratesiana, «a sabedoria é a parte suprema da felicidade».

Por vezes, «a felicidade é um problema individual. Aqui, nenhum conselho é válido. Cada um deve procurar, por si, tornar-se feliz» (Freud, 1856-1939)...

Porém, para que o individualismo não continue a sobreviver egoisticamente e a ganhar terreno, convém acentuar: fazendo os outros felizes com a nossa felicidade, só sendo possível sermos felizes na felicidade dos outros, e estando cientes de que «a felicidade é um perfume que não podemos derramar sobre os outros sem que caiam algumas gotas sobre nós» (Ralph Emerson, 1803-1882), entendendo-se a felicidade como um alimento indispensável à vida humana, só ela gerando abundância em qualidade de vida para todos neste mundo global.

E também somos felizes a recordar momentos de felicidade, revivendo-os.

«O que as grandes e puras afeições têm de bom é que, depois da felicidade de as ter sentido, há ainda a felicidade de recordá-las», como sustentara Alexandre Dumas, o filho (1824-1895).

Para além de tudo, é necessário nunca esquecer, como escreveu Léon Tolstoi (1828-1910), que «a verdadeira felicidade está na própria casa, entre as alegrias da família». Tem de haver amizade na própria família, redimensionando a célula-base da formação social, a família, passando a família a desenvolver-se de mãos dadas com a escola

(nunca menosprezando a envolvimento da comunidade nessa relação) e a escola a desenvolver-se indissociada da família, constituindo-se a célula-base no binómio família↔escola.

«A amizade desenvolve a felicidade e reduz o sofrimento, duplicando a nossa alegria e dividindo a nossa dor» (Joseph Addison, 1672-1719).

No fundo, retomando Tolstoi, «todos os males do mundo derivam de que o homem pensa que pode tratar os seus semelhantes sem amor». Tudo tem de ser olhado e interpretado com amor, o qual tem de se manter vigilante para intervir ao mínimo sinal de alerta.

E às vezes somos felizes nas nossas atuações e resultados conseguidos... Contudo, mercê de circunstancialismos diversos, deixamo-nos distrair demasiadamente em relação ao nosso sentimento de felicidade... É que, por vezes, «quanto mais felizes somos, menos atenção prestamos à nossa felicidade» (Alberto Moravia, 1907-1990).

Mas «a felicidade que satisfaz verdadeiramente é acompanhada pelo completo exercício das nossas faculdades e pela compreensão plena do mundo em que vivemos» (Bertrand Russel, 1872-1970).

No entanto, e para que esta aparente utopia da vida se possa cumprir, temos de nos questionar e agir em conformidade com Goethe (1749-1832): «Qual é, dentre os homens, o mais feliz? Aquele que sabe reconhecer os méritos dos outros e alegrar-se com o bem alheio como se fora seu».

Não será imediatamente fácil, para a generalidade dos seres humanos, sentir e assumir esta convicção... Temos de procurar ser capazes de equilibrar, neste sentido contextual e vital, as nossas tendências centrífugas e centrípetas na firme coesão do querer e do agir para nos justificarmos em relação ao nosso sentir, vontade/intenção e ação, determinação e audácia, atuação em prosseguirmos o que de melhor pudermos fazer acontecer nos outros e em nós mesmos e, certamente nessa medida, só nos poderemos maravilhar nas férteis soluções científicas e interculturais no consequente bem-estar social e humano.

É que, para alicerçarmos e justificarmos mais sensatamente as nossas convicções em relação à expressão **ser feliz**, temos de estar cientes de que:

«Ser feliz não é ter uma vida perfeita. Mas usar as lágrimas para irrigar a tolerância. Usar as pedras para refinar a paciência. Usar as falhas para esculpir a serenidade. Usar a dor para lapidar o prazer. Usar os obstáculos para abrir as janelas da inteligência.» (Augusto Cury).

E é com pedagogia socioeducacional, cultural e científica, socorrendo-nos das formas mais simples e sintéticas de dizer e fazer as coisas, as quais encerram em si sinergias que nos levam a hipotisar, a equacionar e a promover as mais complexas para encontrarmos a equidade holista em reflexão positiva, com mais substância conceitual e significacional, mais alcance cognitivo e sociocognitivo, mais bem-estar humano e social.

Isto porque é na socialização em partilha, na educação cultural e científica, na sociocomunicabilidade intercultural, refletida, alicerçada e exercitada em pleno nesse propósito, que se pode intentar diluir ou confundir a hegemonia da normalidade nas desigualdades sociais, aglutinando-as na sua diversidade e num processo de mente aberta e equitativo em qualidade e oportunidades na promoção de dignidade e usufruto de direitos e deveres humanos na vida em sociedade para todos.

É nesta aceção de sensibilidade, cultural e intercultural, multiétnica e pluricultural, que poderemos ir conseguindo ser felizes na elegância do fomentar e vencer possível e na gratidão de vitórias possíveis na ecologia do saber.

A vida, nos seus mais variados e aprofundados contextos e situações, às vezes, paradoxalmente, com emergências e contornos vagos e indefinidos, ganha renovado e inovador significado e sentido ético deontológico e cívico, consensos em justiça social, solidariedade equitativa e feliz humanização, desde que sorriamos sempre à vida, e sempre atuando com perspetiva e determinação, com bom humor, educação e cultura, resiliência e reflexão, positivismo, pedagogia, amor. Temos de ser capazes de

saber amar o Amor, como a mais viva e fértil competência para nos unirmos felizes na valorização das diversidades na promoção e implementação da equidade em direitos e oportunidades, na qualidade de vida para todos."

Também costumamos asseverar que:

"Para vivermos e convivermos em conforto humano e social, em dignidade e cidadania, inclusive num contexto filosófico KAIZEN (mudança para melhor), Deus deu-nos a indissociável soma fisicobiopsicossocial e humana de duas primícias em valências fenomenológicas estruturantes, que nos constituem e nos são vitais no desenvolvimento da nossa **necessidade inata** e na determinação e ação do nosso **comportamento interpessoal e espiritual: a competência capacitante empírica e intelecto espiritual** para nos entendermos civicamente e dignificarmos a existência e o **corpo fisicobiopsicossocial** para deliciarmos a alma na grata e harmoniosa dimensão daquela competência." (Guerreiro, 2022, Reflexão 224).

Porquê a filosofia KAIZEN entrosada nesta nossa reflexão? Simplesmente porque Kaizen (significando 'Kai' mudança, 'Zen' bom e 'Kaizen' mudança para melhor), neologismo criado por Massaki Imai, iniciando esta filosofia com a sua primeira edição em 1970, é a chave para o Sucesso competitivo do Japão, reconhecida mundialmente nos dias de hoje como um importante pilar da estratégia competitiva de longo prazo de uma organização, permitindo o modelo KAIZEN melhorar a eficiência da operacionalidade de processos através da sucessiva eliminação de etapas não entendidas como essenciais, aumentando a produtividade e a qualidade de trabalho e das relações entre todas as partes envolvidas, com enfoque na contínua promoção de melhorias alcançadas, com o empenhado contributo quotidiano de todos os intervenientes, em todas as sinérgicas dimensões e lugares.

Retomando a cultura na palavra Sucesso, mas com inicial maiúscula, é a razão por que nos ocorre refletir neste contexto a aplicação da filosofia KAIZEN, cuja aplicação se faz em cinco conceitos básicos, definidos em japonês e todos iniciados pela letra 'S', citando Paulino (2022, p. 24):

Seiton = Organização do material a utilizar num processo de produção, eliminando o tempo com a sua procura.

Seiri = Distinção entre o essencial e não essencial para a realização de uma tarefa, evitando que as menos importantes atrapalhem o processo.

Seiso = Limpeza da área de trabalho, garantindo a melhoria de produtividade.

Seiketsu = Higiene e manutenção do ambiente de produção, bem como das pessoas envolvidas na tarefa.

Shitsuke = Disciplina, honra e determinação aplicados para garantir o equilíbrio dos elementos anteriores e sucesso do processo.

Isto porque, em nosso entender, a cultura da equidade só triunfará na história da humanidade, assumindo-se na tríplice consecução empresarial, organizacional e institucional,

dinamizada pela implícita solidariedade humana na partilha, na digna qualidade e igualdade em direitos e oportunidades.

A cultura é, portanto, o que o indivíduo adquire ao longo do tempo, desde o berço, em contacto com o meio social, e que transmite às gerações sucessivas, constituindo um elemento precioso e ampliando os recursos com que a natureza o dotou, constituindo-se no ser humano com tudo o que é adquirido, tudo o que é regulado por normas, específicas e particulares.

Nesta perspetiva, a cultura de uma sociedade, de um povo ou de um país, pode entender-se como o conjunto dos valores, normas e regras de conduta, símbolos, obras e rituais que definem o seu mundo da vida, podendo também medir-se pelo seu sistema atitudinal e interativo, de costumes, valores espirituais, morais, éticos, estéticos e institucionais, o desenvolvimento intelectual, artístico e científico, e pelo seu número e qualidade de bibliotecas, museus, arquivos históricos e demais equipamentos culturais, em íntima associação icónica, em acessibilidade e usabilidade, com monumentos e a configuração arquitetónica e urbanística pensada em equidade.

Nesta aceção, integram necessariamente o nosso pensamento diversos outros autores, entre os quais Eliot (1996) e Miranda (2002), atendendo a que, inquestionavelmente, a cultura fortalece e assegura a emancipação social e sociocognitiva dos que a procuram e nela se valorizam, difundem e partilham saberes à sua volta, passando a serem olhados e escutados, considerados e respeitados e, por vezes, até admirados pelos seus concidadãos e instituições envolventes.

De algum modo secundando José de Albuquerque e Castro (1903-1967), e lendo a sua vasta obra na área da tiflogia, se a cultura valoriza o homem, projetando-o em todas as dimensões do seu meio envolvente, permitindo-o consciencializar-se do vivo universo cognitivo que transporta consigo, a cultura assume, para a pessoa privada de uma ou mais modalidades sensoriais, em especial do sentido da visão, uma importância às vezes difícil de apreciar pela generalidade das pessoas sem essa natureza de limitações, visto que, dessas vantagens sensoriais, depende quase toda a capacidade e competência para se ascender do vegetativo ao realmente vivido e usufruído em consciência inequívoca. Nesta essência e também sequente amplitude, não tendo, por exemplo a pessoa cega, a possibilidade de se instruir e valorizar progressivamente através da visão anatómica, contactando com o meio ambiente e objetivo, apenas por intermédio do seu desenvolvimento multissensorial e cognitivo, de livros e outros instrumentos de cultura, valores cognitivos consubstanciados no seu exercitado saber quotidiano acumulado, a pessoa cega toma conhecimento de tudo isso e de outros seres e coisas, de factos e fenómenos, mesmo daquilo que só é visualizável, mas que pode ser 'tocado' e inteligido através da palavra de quem vê e descreve com imparcialidade, embora a consciente precisão em compreensão possa, não obstante, ficar por vezes aquém do efetivo saber das pessoas que veem.

A cultura, em todas as circunstâncias e processos comunicacionais e sociocomunicacionais, ajuda-nos a crescer em todas as áreas do conhecimento e industria-nos na assimilação de conceitos por aprendizagem e treino em convívio social, teorização e puro raciocínio, promove a incursão e sedimentação, nas nossas consciências, de valores intelectuais, comportamentos e regras sociais de conduta cívica e moral, que são disciplinadoras da nossa interdependência e inter-relação na sociedade, da afirmação da nossa personalidade com a necessária capacidade de tolerância e de determinação (privilegiando a mútua aceitação uns dos outros na cultura da equidade e da partilha) no estabelecimento de equilíbrios sócio-intelectuais e culturais, na sociedade de todos nós e em cidadania. A cultura deverá mobilizar-nos no sentido de nos mantermos vigilantes, coerentes, pacíficos e pacifistas, úteis e profícuos na sociedade humana, humanizando a vida de forma coevolutiva e equitativa. É claro que, por vezes, a ausência do sentido da visão impõe às pessoas cegas profundas limitações no acesso à informação e à cultura, distanciando-as das pessoas normovisuais, em certas circunstâncias ou domínios cognitivos, às vezes numa sensação de diferenciação abismal. Mas essa sensação só pode acontecer quando faltam os ajustados conhecimentos e saberes, sobretudo por parte de

quem tem responsabilidade no ensinamento e esclarecimento socioeducacional, munido com os meios e interfaces adequados, esta premente e confrangedora realidade pode ser ultrapassada num clima de partilha cognitiva e de propostas entre pessoas cegas e normovisuais e de sucessos absolutamente extraordinários.

Estamos cientes de que é impossível acessibilizar à generalidade das pessoas cegas tudo o que se vê e se publica no mundo, da mesma forma que nem sempre tal é possível fazê-lo para as pessoas normovisuais, atendendo, por vezes, a determinados condicionalismos ou impedimentos de naturezas diversas, designadamente logográfica e monumental, idiomático linguística e intercultural, técnico-funcional e ergonómica... Mas também estamos cientes de que tem sido principalmente por negligência e ausência de generosidade sociopolítica (falta de vontade política) que escasseia ainda a informação e a cultura nos mais variados ambientes culturais, a que as pessoas cegas possam aceder com autonomia e independência, sabendo nós que já bastante se encontra realizado em Portugal e que, na União Europeia, foi o nosso País o único a canalizar parte do Plano de Resolução e Resiliência (PRR) para acessibilidades.

A nossa proposta de solução alternativa imediata para estas pessoas é serem capazes de orientar os seus interesses de forma sistematizada para uma estruturada e inteligente gestão dos recursos mediáticos e comunicacionais existentes que lhes permitem aceder ao infinito mundo da informação e da cultura, parte do qual disponível em variados suportes e formatos, que podem contribuir com bastante eficácia para a ampliação e rendibilização das suas também inesgotáveis potencialidades. Saberem braille, serem capazes de ler fluentemente nesse sistema para sentirem gosto pela leitura, complementarem essa competência literária com os inerentes e sofisticados processos inovadores tiflograficoteclógicos, bem como acederem à informação disponível no já tão vasto espólio existente e acessível nos diferentes formatos (uns específicos e outros normalizadamente adequados à acessibilidade e usabilidade em design para todos, configurações e réplicas em relevo e áudio-descrição) e suportes (designadamente em papel, termoplástico, eletrónico sonorizado, digital e noutros variados tipos de material), conseguindo manter-se atentos às programações da rádio e da televisão (incluindo no formato WEB) em toda a sua amplitude, à informação multimedia, media de massa, redes sociais e ciberespacialização infocomunicacional mediante os mais variados e adequados recursos especiais, de carácter expressivo e representativo, incluindo o ilimitado acesso à imensurável 'Aldeia Global' de McLuhan (1911-1980), a prodigiosa e cibernética rede de redes, que se multiplica e exponencia na ligação de todo o mundo, procurando viver e conviver de forma a vivermos e a convivemos na conjunta promoção de futuros humanos, em harmonia e concórdia, paz e justiça social em solidariedade educativa e formativa, cultural e equitativa nas mais diversificadas áreas cognitivas e de intercompreensão em cidadania e na mútua aceitação intercultural nos planos multiétnico e pluricultural.

Todos estes meios, processos e procedimentos socioeducacionais são dinâmicos veículos alternativos/estruturantes que, no seu conjunto organizado e de forma harmonicamente articulada, fomentam um maior e melhor apetrechamento háptico perceptivo e multisensorial, intelectual e sócio-educativo das pessoas cegas, facultando-lhes novos e multiplicados horizontes culturais, artísticos e científicos, facilitando-lhes a vida em sociedade, numa dimensão tão holista em equidade quanto o abnegado alcance da nossa imaginação e querer permitam fazer acontecer. Na realidade, e inteligindo um pouco mais estes postulados, a cultura é um complexo amplamente aglutinador e evolutivo de questões empíricas, experienciais, teóricas e intelectuais, que constitui o móbil sócio-educativo e cultural detonador de barreiras psicossociopedagógicas e culturais (mesmo ao nível da auto-interiorização) e propulsor do desenvolvimento humano e progresso aos mais diversos níveis. Não restam dúvidas de que é a cultura que conduz o ser humano à sua realização plena como pessoa humana, levando-o, incentivadamente, a contribuir para o bem da comunidade e de toda a sociedade humana, sendo pela cultura, no seu sentido mais amplo, que a família, a escola, a comunidade e toda a sociedade humana encontram a sua significação e legitimam o seu sentido na vida social.

Mas as pessoas cegas nunca poderão menosprezar um outro aspeto, também fundamental para que a sociedade lhes reconheça as suas potencialidades e capacidades, sem equívocos nem reservas, que é o naturalmente assumirem-se num espírito de militância tifloinclusiva, através da solidez da sua cultura e competência sociocomunicacional e sócio-intelectual, utensilagem mental e segurança sociocognitiva interventiva em todas as questões que envolvam ou exijam esclarecimento, satisfazendo sempre a curiosidade, ainda que aparentemente absurda, de certas pessoas que veem, mas ávidas de compreensão e de saber. É que, e sustentamo-lo em 26.08.2022, nem toda a gente sabe que:

"Toda a inteligência emerge na multissensorialidade e toda a multissensorialidade tem a sua essência no tato. Todo o tipo de manifestações e atuações passa pela multissensorialidade e implícita cognição, mais ou menos invulnerável, permeável ou vocacionada para uma qualquer missão, da mais diversificada ordem e natureza, podendo às vezes até englobar em si oportunistas de diferenciado carácter, mesmo de índole analítico interventivo.

Às vezes já nos exasperamos, inclusive num prudente silêncio questionador, contra subtilezas sorrateiras e pérfidas que, disfarçadas de coesa multissensorialidade fina e intenções fictícias e ilusórias, nos assaltam em súbita torpeza." (Guerreiro, 2022, Reflexão 225).

Ao longo da sua história, o homem tem vindo a aperfeiçoar, a ampliar, a aprofundar e a disseminar os seus processos de comunicação e de informação, criando, para a efetiva materialização e generalização destes processos, os mais diversos e sofisticados meios e dispositivos infocomunicacionais, tecnológicos e ciberculturais/espaciais.

Não podemos viver, realmente, sem a educação, a informação e a comunicação, sob pena de não passarmos de um estado amórfico ou vegetativo e de sucumbirmos intelectualmente, sendo os séculos XX e XXI os séculos da informação e da comunicação, num envolvimento socioeducacional e cultural coevolutivo, tal como o século XIX foi o século da produção industrial, da chegada à imprensa de massas, às agências noticiosas, à extensão do telégrafo através da instalação dos cabos submarinos a unirem em comunicação os Continentes, tendo sido os Continentes Americano e Europeu os primeiros. Eis o móbil que nos tem impulsionado a escrever artigos desde finais da década de 70 e a organizar eventos técnicos, culturais e científicos, na área da cidadania e solidariedade social e científica na educomunicação e cultura da partilha, valorizando a diversidade em favor da promoção da equidade, designadamente na CML, na ULHT e no âmbito do CPTEI, o centro de investigação em tiflogia com sede na FNSE, em Castelo de Vide.

Conclusão

Numa breve síntese integradora do que acabamos de refletir, afigura-se-nos ser oportuno, e ainda que com alguma redundância, terminar este contributo com as seguintes considerações finais:

A cultura, que na etimologia grega significa ver (equiparando nós o ver a conhecimento), caracterizando pessoas e comunidades, sociedades e regiões do mundo, essencialmente nos

planos civilizacional, ético e moral, artístico e científico, intelectual e espiritual, tem vindo a dilatar-se e a aprofundar-se em dimensões valorizadoras da diversidade e promotoras da equidade. Sendo a sabedoria a parte suprema da felicidade, numa aceção socratesiana, então o ver ou o conhecimento (a cultura), seja em que perspectiva de alcance for, é normalmente uma forma de felicidade, podendo a cultura conduzir à felicidade, acreditando-se que só com cultura é possível vivermos com prazer humanizador da vida na sociedade consciente e esclarecida que todos formos capazes de construir ou de moldar, de modo a que todos nela caibamos sem discriminações, em equidade.

São os pais, os educadores, os professores, os estabelecimentos de ensino, desde o pré-escolar ao superior, e os Estados de hoje que poderão semear lógica e formas saudáveis de pensar e atuar, com liberdade na interação social, de maneira a que a cultura, no sentido lato, e a cultura da equidade, no sentido específico de dignidade humana, triunfem e a nossa posteridade, os nossos filhos, os nossos netos, colham e se deliciem com os frutos das árvores culturais que todos conseguirmos plantar, cultivar e ser. E para que este contributo para a felicidade humana tenha viabilidade, é preciso ter sensibilidade, pesquisar e investigar, é preciso estudar, sentir e saber transmitir e partilhar, fazendo acontecer prosperidade intercompreensiva. Num contexto guizotiano, reiteramos que o estudo é a valorização da mente ao serviço da felicidade humana. Embora cientes de que, às vezes, estudar é como polir a pedra, no já afirmado por Confúcio, só temos de estudar e ter todos a felicidade de contribuir para que o progresso, o novo mundo culto, vivo, livre e são (Guerreiro, 1989), desinibido de utopia, contemple todas as mentes e que não nos falte a imaginação para ultrapassar os condicionalismos à avidez de cultura e de esclarecimento. Cícero (106-43 a.C.) também dizia que uma casa sem livros seria um corpo sem alma. É evidente que a cultura nos alimenta e nos redimensiona o pensamento e o comportamento, razão por que já começamos a cultivar a equidade nas mais variadas áreas do conhecimento e processos sociais de solidariedade, concebendo, desenvolvendo e aplicando a cultura equitativa em todos os ambientes, naturalmente também os culturais.

O conceito de cultura reporta-se, no sentido genérico, à compreensão e intercompreensão nos diversos domínios do conhecimento ecológico e saber holista, em cujo imensurável horizonte se encontram e consubstanciam a geografia, a história e a literatura, englobando as artes do tempo e do espaço, a religião, a filosofia e a ciência, a educação e a pedagogia equitativa, a sociocomunicabilidade intercultural no multiétnico e pluricultural, nas diferenças humanas de natureza sensorial, cognitiva, neuromotora e de outras etiologias.

Este mesmo conceito de cultura, repensado e redimensionado, inovado e perspectivado numa dimensão equitativa, alarga-se e aprofunda-se à medida que a progressiva aculturação acontece nos planos da acessibilidade e usabilidade em todos os domínios e em tudo o que nos rodeia e observamos, no contexto e envolvimento das diferentes competências multissensoriais e cognitivas de cada um de nós.

Neste sentido, não nos parece haver dúvidas de que:

"Sopesando fragilidades e desvantagens humanas de diversificada natureza, etiologias e efeitos das mesmas, podem uns, afetados por elas, revoltar-se desesperadamente ou deixarem-se cair num mundo acrítico, amorfo e vegetativo; e outros, sentindo-as também e/ou simplesmente olhando-as, podem despertar em si princípios e descobertas, dando as mãos e alento àqueles, e assim humanizar consciências e ações, a vida de todos nós na estruturação, promoção e gestão da equidade e qualidade de vida em ética e cidadania, ergonomia multissensorial,

neuromotora e física, somatossensorial e cinestésica, nas sociedades interdisciplinares, inteligentes e educadoras, holisticamente em formação num espírito de solidariedade equitativa."(Guerreiro, 2022, reflexão 28).

Assim, reforçamos esta constatada convicção, afirmando que:

"O polinómio socioeducacional, sociocognitivo e socioafetivo «Família-Comunidade-Escola-Sociedade-Estado», fundamentando-se e fortalecendo-se, desenvolvendo-se e multiplicando-se na base da solidez dos grandes valores humanos, pode contribuir para melhorar o mundo em cidadania, dignidade e fecúndia, casando, num sentimento civil e canónico, a riqueza da diversidade com a magnificência da equidade." (Guerreiro, 2022, reflexão 52).

A cultura equitativa tem de ser uma destemida sementeira dialógica e humanamente estruturante de coesas compatibilidades e disponibilidades para a progressiva consensualidade comunitária, a germinar e a multiplicar searas de fecúndia cognitiva e intercultural, compartilhadamente a grassar no mundo, numa forjada tríplice configuração funcional e operacional em atuação cívica de carácter empresarial, organizacional e institucional, a frutificar cada vez mais solidariedade humana na partilha em dignidade, na qualidade e igualdade de direitos e oportunidades para todos os cidadãos.

A cultura da equidade em ambientes culturais (e nas mais variadas áreas do conhecimento), concebida numa dimensão tão holista quanto a nossa imaginação possa suscitar e alcançar, exige um relacionamento e uma interatividade em mútua e sólida consciência solidária, entre as pessoas com limitações da mais diversa natureza e as pessoas sem esse tipo de condicionalismos, na viabilização dessa certamente demorada e feliz caminhada e paixão na procura de soluções e na consecução de sucessivas etapas de êxito coevolutivo, constatando nós, convictos e em sintonia com Hegel (1770-1831), que não há nada de grande e digno no mundo que possa cumprir-se sem paixão.

Porque a utopia nos impulsiona e a cultura nos disciplina, porque a ciência prova e a filosofia convence, é nesta convicta perspectiva que iremos prosseguindo, nesta já aberta senda tiflocientífica e cultural no âmbito das Ciências Sociais e Humanas, o nosso apaixonante desafio pesquisacional e investigacional nessa longa e atribulada viagem, a qual irá frutificando muito lentamente, até que, um dia, há de florescer, no universo humano e planetário, solidariedade em dignidade e equidade, *'eutopia'*, termo que, proveniente do grego e secundando Borges (2016), tem a significação: *'eu'* = bom, feliz, + *'tópos'* = lugar bom e felicitante, em analogia com a palavra Evangelho = *'eu+angelion'* = notícia boa, feliz, felicitante.

Referências Bibliográficas

- Borges, A. (2016). *Utopias, distopias, retropia*. Lisboa: Diário de Notícias.
- Eliot, T. S. (1996). **Notas para a definição de cultura**. Lisboa: Edições Sécuro XXI,
- Guerreiro, A. D. (2022). **Pensamentos**: Cronologia II. 1ª Edição. Almada: EDLARS - Educação e Vida, (No prelo e também acessível no Blog deodatoguerreiro.blogspot.pt).
- Guerreiro, A. D. (2020). **Pensamentos**: Cronologia I. 2ª edição revista e aumentada. Almada: EDLARS - Educação e Vida

- Guerreiro, A. D. (2011). **Literacia Braille e Inclusão**: Para um Estudo Histórico-Cultural e Científico da Tiflografia, Tiflogia, Infotecnologia e Equipamentos Culturais em Portugal. 1ª Edição. Lisboa: Gabinete de Referência Cultural/Direção Municipal da Câmara Municipal
- Guerreiro, A. D. (2000). **Para uma Nova Comunicação dos Sentidos**. 1ª Edição. Lisboa: Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência,
- Guerreiro, A. D. (1999). *As Vantagens da Tecnologia da Tiflografia: Contributos Tiflológicos para um Alargamento do Paradigma Comunicacional*. Tese (Doutoramento). Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: defesa em 28 de janeiro de 1999.
- Guerreiro, A. D. (1989). **Eu-criança**: Pequenos contos para pensar. 1ª Edição. Almada: EDLAR,
- Guerreiro, M. L. R. F. (2020). **A Biblioteca Pública e o Conhecimento Universal**: Elementos para um Estudo e Implementação de Competências Biblioinclusivas. 1ª Edição. Almada: EDLARS - Educomunicação e Vida,
- Guizot, F. (1866). **Méditations sur l'état actuel de la religion chrétienne** Paris: [s.l.], 1866-68.
- Gusdorf, G. (1995). **A Palavra**: Função, Comunicação, Expressão. Lisboa: Edições 70
- Guthrie, W. K. C. (1987). **Os Filósofos Gregos**: De Tales a Aristóteles. Lisboa: Presença.
- Hamadache, A. (1996). **Savoir Lire, et Après?: Produir les Matériels de Lecture pour la Postalphabetisation**: Guide Pratique Illustré. Paris: UNESCO,
- Herskovits, M. J. **Les bases de l'anthropologie culturelle**. Paris: Paayot, 1952.
- Miranda, J.A. Bragança de. **Teoria da cultura**. 1ª Edição. Lisboa: Edições Século XXI, 2002.
- Paulino, Jorge. *Melhorar o mundo com todas as pessoas, em todos os lugares, todos os dias*. Revista Rotary: Portugal Rotário, Lisboa, v. 35, n. 289, página 24, agosto, 2022.
- Tylor, Edward Burnett. *Primitive Culture*. Cambridge University Press, online publication date: abril 2012.

